

Diretrizes curriculares nacionais para o ensino superior: contribuições para o debate em Educação Física & Esportes

*Nivaldo Antônio David, Fernando Mascarenhas,
Francisco Luiz de Marchi, Márcio Vinícios Cerqueira,
Orozimbo Cordeiro Junior**

Resumo Abstract

Este texto procura subsidiar a construção das novas diretrizes gerais para a reformulação dos cursos de Graduação em Educação Física & Esportes, apresentando colaborações, sugestões e críticas para apreciação do Conselho Nacional de Educação. São construídas algumas reflexões sobre a educação brasileira, os currículos acadêmicos e os paradigmas que orientam a formação de professores no interior das Universidades.

This work tries to subsidize the construction of new general directives for the reformulation of Physical Education and Sports Graduation Courses, presenting collaborations, suggestions and critics for the appreciation of the Brazilian National Council of Education. Some reflections are constructed about the Brazilian Education, the academic curriculum and the paradigms that guide the formation of professors in universities.

* Comissão designada pelo Conselho Diretor da Faculdade de Educação Física / UFG para apresentar subsídios e/ou contribuições para a elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais junto à SESU/MEC/CNE.

Considerações iniciais

Dada a compreensão da importância do que venha a representar o estabelecimento de novas diretrizes curriculares para o ensino de graduação, com suas inevitáveis conseqüências quando da definição de um projeto de formação profissional de âmbito nacional, em face à situação em que se encontra o ensino superior frente aos novos reordenamentos estruturais contidos e explicitados pelo Governo Federal, através das políticas públicas para a educação brasileira, nos sentimos estimulados a participar das discussões colocadas, procurando oferecer algumas contribuições (reflexões, críticas e proposições) que, em certa medida, podem servir na problematização e debate junto ao Conselho Nacional de Educação e Comissão de Especialistas da SESU, no campo ou na arena de construção das novas diretrizes gerais para a formação profissional em Educação Física & Esportes.

Alguns apontamentos necessários

O avanço do processo de aprofundamento das reflexões e

críticas sobre a educação brasileira, os currículos acadêmicos, a formação profissional e, nela, a formação de professores, os paradigmas científicos utilizados no interior das Universidades no campo da produção de conhecimentos, e a necessidade das instituições educacionais e culturais em responderem às demandas sociais emergentes, foram bastante expressivos, profícuos e de grande relevância para que fossem apontadas saídas e inovações no campo educacional, científico e cultural do País.

Deste processo de reflexões, análises e críticas, em especial, sobre a formação profissional e, em particular, sobre a Educação Física & Esportes foi possível constatar um avanço extremamente rico e eficiente para a geração de elementos significativos, tanto do ponto de vista pedagógico e social, quanto de contribuições propositivas sobre a questão do Currículo Acadêmico e da Formação Profissional.

Das antigas discussões sobre a Grade Curricular – centro referencial das avaliações e proposições de mudança – hoje, cedeu-se espaço a outro tipo de debate e de preocupações, possibilitando com isto, a abertura de novas abordagens,

novos paradigmas e sugestões a serem desenvolvidas no cenário da formação profissional.

Questões, até então, consideradas irrelevantes ou subjacentes ao currículo, tais como, ideologia, filosofia, epistemologia, currículo aberto, questões sociais, trabalho, poder e, mesmo, definições conceituais do campo do conhecimento, se transformaram em verdadeiros elementos constitutivos – tanto da forma quanto dos conteúdos – do que se poderia avaliar num currículo de graduação.

Com a inversão do enfoque tradicional para uma leitura mais crítica do currículo, foram, sem sombra de dúvidas, as grandes temáticas que propiciaram o aprofundamento do debate nacional, reiterando, inclusive, que o papel dimensionado pelas disciplinas e seus conteúdos curriculares não passavam de meros ou simples instrumentos reprodutivos, com a função básica de materializar as concepções ocultas (objetivos, interesses de mercado, mídia...), determinadas num dado momento histórico-social, hegemônico, político do país, sob a fachada da neutralidade dos conteúdos e da formação profissional desligada dos problemas estruturais e conjunturais da sociedade.

Para que se possa compreender melhor este processo, é importante ressaltar que as mudanças e as avaliações curriculares tradicionalmente ocorridas, sempre se preocuparam, quase que exclusivamente, com um tipo de organização de disciplinas expressas no sentido de atender às exigências formais – sob forma de grade curricular – com o intuito de cumprir a lei.

Hoje, contrariando tal tendência, percebe-se que as discussões, além de evoluírem bastante no campo teórico, apontam para um tipo de projeto ou de formação mais aberta, entendendo, sobretudo, que um currículo deve se constituir de um conjunto de conhecimentos e experiências, observando-se a sua dinâmica, os conteúdos reconhecidamente válidos e sua relevância social. Isto, no sentido de perspectivar, com objetividade, os novos caminhos sinalizados pela prática social humana em seu processo histórico, científico e cultural.

Com este avanço, uma leitura que se fazia do currículo sob a forma estanque e cristalizada, baseada no modelo de grade, abre passagem para uma outra abordagem de currículo mais dinâmica e mais flexibilizada.

A partir das abordagens críticas e do resultado acumulado das produções de conhecimentos sobre a organização curricular e formação profissional, podemos afirmar que já está consolidado, enquanto consenso acadêmico, que algumas questões centrais devem ser observadas numa elaboração de diretrizes ou pressupostos curriculares para qualquer projeto curricular.

- a) Que o significado da Universidade, quanto ao seu papel social e a sua função de transmissora e produtora de conhecimentos, transcende e, muitas vezes, contrapõe-se às exigências e limitações da formação profissional com vinculações restritas ao mercado de trabalho. De outra forma, isto quer dizer que a Universidade não poderá tornar-se refém do mercado e, muito menos, de definições de perfil profissional circunscritos à lógica restritiva deste mesmo mercado. Portanto, as diretrizes básicas para a construção de projetos curriculares de formação profissional devem apontar, sempre, para ações mais ampliadas na formação deste mesmo profissional. Garante-

se com isto, um currículo que irá atender à dinâmica e à flexibilidade do processo de produção e organização do conhecimento, ao mundo do trabalho e ao próprio desenvolvimento social em expansão.

- b) Que se rompa com a idéia da neutralidade política do saber e da universalização curricular preconizados por meio dos transplantes científicos e culturais provenientes do exterior. Tais ações buscam, no fundo, consolidar os instrumentos de interferência externa (neocolonização) no processo de desenvolvimento político, cultural, científico e social do País. Dentro de uma perspectiva crítica mais rigorosa, um currículo de formação somente poderá ser melhor compreendido se houver uma adequada visibilidade de sua particularidade – identificando o contexto histórico-social específico – onde se situa, na construção e no desenvolvimento da identidade cultural e de suas articulações (nexos) científico-culturais com o contexto mais amplo da sociedade contemporânea.

- c) Que se rompa com a visão determinista e mercantil desenhada a partir da concepção de mercado de trabalho como única alternativa para formar profissionais com capacidade de responder às necessidades e demandas do processo produtivo. E, da mesma forma, reavaliar, com a profundidade que exige a questão, o que significa o “corporativismo profissional”, com a propalada reserva do mercado específico para a atuação dos profissionais da área. Esta concepção tem se firmado, quase que exclusivamente, no domínio tecnológico e na instrumentalização técnica com vistas a enquadrar, com maior rapidez, os recém-formados no mercado de trabalho e expulsar todos aqueles (trabalhadores) que não detém o certificado profissional cartorial (classista) de suas atividades. Tais concepções estão sedimentadas, por um lado, em valores cristalizados sobre uma tal “ética” profissional que paira acima dos interesses coletivos da sociedade e, por outro, em modismos instituídos pela sociedade de consumo e pela própria mídia.
- d) Que os cursos de formação profissional superem as características tradicionais de meros reprodutores de conhecimentos técnicos e de informações superficiais, para se transformarem em espaços especiais de sistematização, transmissão e produção de conhecimentos socialmente relevantes para a sua prática profissional, como também, para o contexto histórico-científico em que está inserido.
- e) Que o ensino, a pesquisa e a extensão sejam elementos estruturais e constitutivos do projeto curricular de formação e não apenas sugestões a serem observadas e implementadas pelo curso.

Quanto aos objetivos do curso de formação

Os objetivos do curso de formação profissional em Educação Física & Esportes devem situar-se no campo das funções atribuídas aos professores, em cujo horizonte

final está a busca da qualidade da educação, a compreensão da realidade pedagógica e social e a intervenção educativa no sentido de promover a superação das deficiências encontradas.

Neste sentido, qualquer projeto curricular que se propõe desenvolver a melhoria das capacidades e competências deverá se pautar em conteúdos que levem os profissionais a:

- compreender a realidade econômica, política e sócio-cultural brasileira no sentido de situar a sua prática educativa, as relações profissionais inscritas no contexto social e os nexos que são estabelecidos com a educação;
- intervir na organização da escola e no trabalho escolar com competência técnica, autonomia intelectual e compromisso político;
- dominar conteúdos necessários à formação dos alunos que integram os diversos Sistemas de Educação;
- sistematizar, organizar e produzir saberes pedagógicos, tomando como referência os problemas gerados a partir da prática educativa;
- dominar o processo de avaliação de conhecimentos, utilizando estratégias e instrumentos que possam captar toda a gama de aprendizagem resultante do processo de ensino;
- intervir no processo educativo, utilizando metodologias do trabalho pedagógico que busquem a interdisciplinaridade e uma maior articulação da teoria com a prática;
- produzir, disseminar e estimular a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos na área, com ênfase à área educacional;
- reconhecer, identificar e respeitar as diferenças de natureza individual e social relacionadas ao nível sócio-econômico, cultural, étnico, gênero e religião dos acadêmicos.

Quanto ao perfil profissional desejado

O profissional de Educação Física & Esportes deve ser capaz de compreender que sua atividade profissional se situa em um campo de conhecimento em permanente

transformação, e que sua atividade profissional deve objetivar-se em ações também transformadoras, em face da dinâmica e das exigências do processo educacional.

Este mesmo profissional deverá compreender o trabalho como dimensão política e social e, com autonomia e competência intelectual, ser capaz de promover inovações e mudanças visando superar os desafios colocados pelas demandas sociais, tecnológicas e científicas de seu tempo.

Deverá compreender, ainda, como são estabelecidas as articulações entre a sua atividade profissional específica e as demais atividades sociais, dentro da perspectiva da multiprofissionalidade no trabalho produtivo e da interdisciplinaridade no conhecimento científico-social.

Quanto às competências objetivadas

Não temos dúvidas de que a Educação Física, ou qualquer área de conhecimento, promoverá maiores avanços dentro de sua atividade profissional se o projeto curricular for construído de forma mais flexível, dialogando com outros campos de conhecimento.

Com a extinção do currículo mínimo (antiga camisa-de-força de disciplinas) e a indicação de áreas de conhecimentos (ainda que mal formuladas na Resolução 03/87/CFE), sem sombra de dúvidas, abriram-se novas possibilidades para o debate acadêmico sobre a formação profissional e a avaliação curricular no interior das Universidades. A própria prática tem demonstrado que o conhecimento considerado historicamente válido e as necessidades práticas da área funcionam como elementos centrais desencadeadores dos conteúdos (ainda que muitos estudiosos não dêem conta deste mecanismo) para a constituição de currículos de graduação no País. A partir da Resolução 03/87, muitos teóricos acreditavam que teríamos uma profunda diversidade de projetos curriculares, mas o resultado que temos hoje são as mesmas estruturas curriculares antigas e disciplinas velhas com nomes novos, ou conteúdos defasados e superficiais embutidos num discurso explicativo moderno. Não mudou muita coisa, a não ser a reflexão, o debate e as novas tendências a serem colocadas em prática.

As mudanças nos currículos da graduação após a Resolução 03/87 foram mínimas e inexpressivas. Quando se observa o resultado final,

sob a forma de projeto curricular, ou mesmo quando se aprofundam os estudos, estabelecendo comparações entre os vários currículos existentes e os projetos de criação dos novos cursos, a realidade só vem demonstrar o quanto os currículos permaneceram tradicionais e conservadores.

Se de um lado concordamos plenamente com a inexistência dos currículos mínimos para a formação profissional, seja nas licenciaturas como nos bacharelados em Educação Física & Esportes, por outro, acreditamos que as competências do futuros profissionais devem ser construídas de forma diferente dos processos tradicionalmente conhecidos na área. Não basta idealizarmos grandes teses conceituais e elaborarmos um projeto curricular fora da referência social para depois colocá-lo na prática, pois o risco de tais experimentos fracassarem está sendo comprovado, objetivamente, pela não ressonância encontrada na vida cotidiana dos sujeitos sociais. O seu extremo, o de se fixar na vida cotidiana e construir um projeto curricular, poderá ficar aprisionado no senso comum, sem que possa avançar no campo do conhecimento mais elaborado e científico, inclusive, demonstrando profundo desconhecimento de todo o saber

acumulado pela área. Desta forma, para nós, algumas considerações devem ser feitas, dada a sua importância no contexto desta discussão:

- a) Precisamos entender que a prática social deve servir como ponto de partida para que sejam estruturados os campos de ação profissional (demandas ou necessidades sociais, locais de atuação, perspectivas de expansão de mercados de trabalhos, inovações e o desenvolvimento científico da área, entre outros).
- b) Que a opção pelos conhecimentos científicos (conhecimento teórico, opção científica, metodologias, saber cultural, senso comum...) é que deverá sustentar a leitura mais adequada para demonstrar, explicar e compreender a realidade dada. Em todos estes procedimentos, as instituições formadoras deverão lançar mão de conhecimentos que possam dimensionar o processo de análise e avaliação, no sentido de operar, objetiva e qualitativamente, o processo de construção curricular.

- c) Entender que será preciso avaliar com mais propriedade o tipo de universidade que temos hoje e qual é o seu projeto histórico, a realidade educacional e as contradições estruturais dadas pelo contexto. E, conseqüentemente, definir quais os tipos de ações metodológicas que, instituídas no processo educativo, serão mais adequadas ou capazes de organizar, formatar e dinamizar o projeto curricular de formação profissional.
- d) Aprofundar estudos sobre que tipo de saber cultural e quais as perspectivas sociais inscritas numa dada realidade estão se movendo no sentido da construção da identidade cultural, da autonomia e de uma vida social própria.

Por isto, entendemos que a definição de competências deve se originar deste esquema de estudos preliminares para, aí sim, definir qual o tipo de aquisição e de respostas (competências) o profissional deverá dominar, objetivando intervir conscientemente, junto à realidade, seja produzindo conhecimentos, seja propondo alternativas com vistas à superação ou transformação desta mesma realidade.

Quanto aos conteúdos curriculares a serem construídos

Partindo do princípio de que o currículo de formação acadêmica deve ser estruturado de forma a garantir a unidade da formação profissional, entendemos ser por demais contraditória e equivocada a divisão dos conhecimentos acadêmicos em básicos, essenciais e profissionais. Todos os conhecimentos são de fundamental importância para a consolidação da formação de um profissional competente no domínio dos conteúdos, consistente no compromisso político-social e aberto quanto ao seu papel de intelectual crítico e inovador.

Para nós, qualquer currículo que se preze pela coerência e rigor aos compromissos pré-estabelecidos em suas elaborações teórico-metodológicas e conceituais, jamais utilizar-se-ia do argumento da secundarização de conteúdos ou da desqualificação de conhecimentos em detrimento de outros. Todos os saberes devem estar no mesmo nível de exigências e de qualidade no contexto curricular. Não existe um saber melhor ou pior que outro, mas saberes diferentes que se

entrelaçam nas práticas educativas e sociais. Com isto não queremos dizer que não haja disciplinas mal elaboradas, fora de qualquer propósito dentro de um projeto de formação, ou que inexistam disciplinas criadas artificialmente para atender aos interesses, nem sempre ligados aos verdadeiros significados da proposta curricular. Não se trata disto, e ainda que seja uma prática comum dentro da atual conjuntura dos currículos da Educação Física brasileira, é importante superarmos este tipo de atitude, pois as aberrações e inutilidades existentes no processo de formação de profissionais de Educação Física são por demais conhecidas de todos nós.

O que queremos ressaltar com estas denúncias, é que todas as disciplinas devem ser rigorosamente avaliadas a fim de responderem satisfatoriamente aos objetivos previstos para a formação de um determinado profissional, tanto com relação ao conteúdo específico, quanto às suas articulações internas na grade curricular. Com isto, o projeto curricular apresentará coerência, e todos os conteúdos selecionados serão rigorosamente essenciais na materialização qualitativa do projeto curricular.

A velha concepção de que um profissional deverá ser formado através de etapas, por meio de pré-requisitos ou por conteúdos profissionalizantes num dado momento, conhecimentos básicos em outro e conhecimentos culturais noutro, pertence a outras épocas históricas e precisa ser refletido criticamente na Universidade. Do mesmo modo, os modelos curriculares fragmentados, fechados e superficiais, direcionados para formação profissional restrita, devem servir de objeto de profundas análises no campo das novas tendências científicas, culturais e sociais colocadas em nosso dias.

Hoje, cada disciplina, conteúdo de ensino ou componentes de conhecimentos curriculares devem ser compreendidos e ensinados, em primeiro lugar, como uma unidade orgânica na totalidade curricular. Isto é, cada conteúdo de conhecimento deve garantir a sua especificidade mas, ao mesmo tempo, estar plenamente integrado aos objetivos significativos do projeto curricular em seu todo. Deve estar compreendendo, também, que a disciplina (matéria), além de funcionar como uma matriz, contém desdobramentos de conhecimentos a serem conhecidos (ou processados) na ação interdisciplinar, indicando, inclusive, as

novas possibilidades de se construir saberes a partir desta unidade articulada e ampliada.

Dentro desta mesma direção, acreditamos que um bom projeto curricular deve estar fora de imposições de cargas horárias mínimas. Temos conhecimento de disciplinas estruturadas em vários currículos que sequer possibilitam a introdução superficial de seus conteúdos. Há algum tempo, temos questionado a qualidade dos conteúdos que são repassados aos alunos em uma disciplina de 30 horas ou mesmo 40 horas. Existem currículos no Brasil que se parecem com verdadeiras árvores de natal, em face da quantidade de decorações, enfeites e penduricalhos esparramados por todo o monumento (natalino) curricular. A pergunta que se faz é: Quais seriam os conteúdos que estruturam, verdadeiramente ou significativamente, tal formação profissional? Diante disto, somos favoráveis a ampliação das cargas horárias e a diminuição da quantidade de disciplinas que compõem a grade curricular. Acreditamos que não será preciso encher um currículo de disciplinas só para dar satisfações ao mercado, ou fornecer informações atuais sobre o mundo da cultura corporal e esportiva. Este tipo

de preocupação, com certeza, seria melhor atendida se trabalhássemos com o princípio da atividade de atualização, oficinas, workshop, extensão universitária, entre outros.

Em face das nossas experiências com projetos curriculares e formação profissional, somos pela reflexão e o aprofundamento de estudos sobre o próprio sistema de crédito, hoje em vigor em vários cursos e Universidades, pois entendemos que o mesmo, além de fragmentar o conhecimento, estimula a freqüente utilização superficial dos conteúdos de ensino, dentro de uma perspectiva puramente bancária e burocrática.

Uma disciplina deve dar conta do que é estrutural (epistêmico) naquele micro espaço curricular, oferecendo ao aluno um campo concentrado de conhecimentos essenciais, estando aberta às diversas possibilidades para a interação e descoberta de novos saberes. Ao mesmo tempo, tal disciplina deverá indicar, também, quais as suas articulações fundamentais no campo da produção e organização do saber junto às demais disciplinas do conhecimento científico, pedagógico e social.

Em nossa proposta curricular defendemos, enquanto organização

dos conteúdos, que as disciplinas deverão estar livres da hierarquia matemática dos pré-requisitos, classificação por níveis de importância ou dependência, ou mesmo, de um lugar pré-definido, a partir dos interesses docentes, dentro da grade. Ressaltamos que, em tal perspectiva, isto não significa em absoluto, deixar as disciplinas soltas ou desordenadamente dentro da grade, mas plenamente articuladas e dinamizadas, a partir dos vários eixos de conhecimentos verticalizados (eixo epistemológico ou eixo de conhecimentos), construídos de acordo com a especificidade elaborada pela área de Educação Física & Esportes, em consonância com os elementos objetivos da prática cultural e social. Procurando exemplificar, apresentaremos alguns possíveis eixos concentradores ou nucleares do projeto curricular que poderão ser aprofundados: cultura corporal, cultura corporal de movimento, motricidade humana, metodologia e prática educativa, desportos, lazer e recreação, corpo e sociedade, corporeidade e ecologia, educação e cidadania, dentre outros.

Para nós, as disciplinas que comporão o projeto curricular deverão, além de apresentar os conteúdos particulares que garantem

uma certa especificidade, interagir profunda e rigorosamente com o(s) eixo (s) do currículo, procurando materializar os objetivos definidos pela proposta curricular. Com isto, resultará, nesta ou por meio desta interação, um tipo de unidade metodológica estruturante da ação pedagógica, do conhecimento científico e da resposta sócio-cultural contida no projeto pedagógico da formação profissional.

Quanto à duração do curso

A nossa proposta curricular, por estar centrada numa concepção mais ampliada e flexível de formação acadêmica, sugere que deva haver uma duração consensual mínima. Caso contrário, correr-se-ia o risco de se ver brotando, em todas as partes deste nosso país, os famosos “cursos de fim-de-semana”, os “caça-níqueis” ou os “cursos por correspondência”. Entendemos que o ponto de partida poderia se dar a partir das experiências historicamente acumuladas, baseadas num mínimo de 3 anos ou 2800 horas, e com uma duração máxima de acordo com o projeto curricular da instituição formadora, em resposta

às necessidades regionais, científicas e culturais, desde que respeitado o princípio da autonomia das universidades.

Quanto à estruturação modular do curso

O curso de Educação Física & Esportes, seja ele referente à Licenciatura ou ao Bacharelado, deve ser estruturado ou constituído de tantos módulos quantos forem necessários. Todavia, em cada módulo, devem estar expressos os significados conceituais, os objetivos e suas finalidades no contexto do projeto de formação, bem como, de que forma se darão suas articulações com o ensino, a pesquisa e a extensão.

Quanto à flexibilidade, ao aprofundamento de conhecimentos, às monitorias e à formação científico-cultural

Todos os cursos, além de se preocuparem com a formação continuada de seus profissionais, deverão ser flexíveis na sua organização curricular. Caso o curso esteja inserido em universidades, o

projeto curricular deverá possibilitar ao aluno o direito de construir, a partir de seus interesses acadêmicos, o aproveitamento de disciplinas ministradas por outros cursos, sob a forma de *disciplinas especiais* para ampliação de conhecimentos.

Criar um campo de atividades sócio-pedagógicas no interior da grade curricular, com carga horária e em momentos pré-determinados, para o desenvolvimento de conteúdos de conhecimentos profissionais centrados em inovações e na atualização científica: *jornadas científicas, oficinas experimentais, seminários de debates e conferências científicas, fóruns de ensino, pesquisa e extensão...*

Determinar uma carga horária disponível, dentro do contexto curricular, para que o aluno possa participar de atividades de seu interesse ligadas à formação técnico-científica e cultural, sob a forma de *atividades complementares*, rompendo, com isto, o tradicional, cristalizado e restritivo *aulismo* acadêmico.

Construir *disciplinas* de estudo sob a forma de *oficinas pedagógicas*, garantindo ao aluno a possibilidade de interagir junto à realidade, utilizando-se de metodologias específicas para modificar e/ou transformar esta mesma realidade.

Por defendermos o princípio de que qualquer curso de graduação na Universidade deve estar estruturado a partir da pesquisa e da intervenção sobre a realidade imediata, entendemos ser de suma importância que os currículos passem a adotar áreas ou campos de **aprofundamento de conhecimentos** e que culminem, no final do curso (licenciatura/bacharelado), com a apresentação de **trabalhos monográficos**, como critério de conclusão de curso.

É imprescindível destacar que a definição de áreas de aprofundamento, de maneira nenhuma, venha significar a criação de especialidades (habilitações) no curso de formação e, muito menos, construir um pequeno (mini) currículo no interior da grade de disciplinas, mas estimular o desenvolvimento de campos essenciais de estudos que estejam voltados para responder a determinada demanda social ou à uma realidade teórico-científica colocada para o curso. Estas áreas/campos deverão ser aquelas que, de forma histórica ou emergencial, estão solicitando respostas significativas dos campos científico e profissional. Acreditamos que estas **áreas de aprofundamento**, quando bem situadas dentro do projeto curricular, com certeza, funcionarão como

detonadoras ou estimuladoras da iniciação, da sistematização e da produção do trabalho científico junto aos alunos e ao próprio curso de graduação.

Da mesma forma que defendemos várias alternativas de flexibilização curricular, estamos também reafirmando algumas iniciativas historicamente conhecidas e que julgamos importantes dentro da formação acadêmica, em particular, uma que se liga diretamente aos interesses dos alunos, como é o caso do **sistema de monitorias** (semi-docência). Para nós, estas atividades, além de possibilitarem experiências aos acadêmicos na área do ensino, podem fortalecer, ainda mais, as atividades curriculares ligadas à própria pesquisa no interior do curso.

Finalmente... da prática de ensino e estágios

Tanto a prática de ensino quanto os estágios devem se caracterizar por tipos de aprendizagens e experiências a serem adquiridas durante a formação profissional, fora do ambiente interno da Universidade.

Os *estágios* devem se constituir em espaços capazes de vincular a formação acadêmica e o início da vivência profissional, com previsão de carga horária previamente definida dentro do projeto curricular e supervisão direta da instituição formadora.

Os projetos curriculares poderão lançar mão ainda de uma modalidade de experiência acadêmica denominada de *estágios não curriculares*. Todavia, esta modalidade deve ser bem avaliada dentro da proposta de formação profissional para que, em nome da flexibilidade de oportunidades, não se transforme em exploração do trabalho de acadêmicos em atividades profissionais e/ou em ocupações do mercado de trabalho por pessoas sem o devido credenciamento em nível superior. Neste caso, a instituição formadora deverá se obrigar também na co-responsabilidade pedagógica e pela orientação "profissional" no campo de estágios.

A *prática de ensino* deve ser compreendida como um campo de aprendizagem acadêmica curricular obrigatória, onde estarão envolvidos professores, alunos e escola, com o objetivo de experienciar os elementos teóricos apreendidos na universidade e a vida cotidiana do ambiente

educativo escolar. Nesta mesma direção, a prática de ensino deve constituir-se em instrumento articulado/problematizador entre os conhecimentos teóricos e a realidade prática do processo educativo nos vários níveis de escolaridade.

Enquanto disciplina de conhecimento/experimentação pedagógica, os conteúdos deste espaço educativo devem ser estruturados levando-se em conta a observação das atividades escolares, a gestão e organização do trabalho pedagógico dos professores, as relações que se estabelecem entre a escola e comunidade e as metodologias e didáticas aplicadas no processo de ensino e aprendizagem.

Quanto aos conteúdos específicos ligados à experiência de semi-docência, a disciplina Prática de Ensino deverá centralizar suas preocupações sobre o processo educativo, o planejamento de aulas e da própria escola, o contexto escolar em face dos problemas de ensino, da aprendizagem e da avaliação dos conhecimentos escolares.

Considerações finais

Com esta nossa pequena contribuição, queremos ressaltar que a nossa opção política, baseada na experiência construída intensamente na área das licenciaturas e formação profissional em Educação Física & Esportes, será pelo reforço à formação de professores e pela intervenção necessária às transformações que julgamos emergenciais no campo da educação.

Esperamos que este trabalho, ainda que sucinto, possa contribuir para o debate e, quem sabe, sirva para indicar novas possibilidades de alterarmos os rumos que vêm sendo trilhados pela Educação Física brasileira, nestes tempos de crise e de profundas contradições pedagógicas, científicas e sociais.